

REAFIRMADA A SOLIDARIEDADE ENTRE FRELIMO E PAIGC

N. 9/6/76

— visita de Samora Machel à Guiné-Bissau

DISCURSO

BISSAU, 8 — O segundo dia de visita da delegação moçambicana, chefiada pelo Presidente Samora Machel, começou com uma deslocação ao Jardim Escola do Bra. O Chefe de Estado moçambicano, acompanhado pelo Presidente Luís Cabral, foi recebido pelo Director daquela creche, tendo percorrido demoradamente as suas instalações e procurado interlar-se do trabalho que ali se realiza. Recordamos que esta escola conta actualmente com duzentos e dez alunos, filhos de combatentes mortos na luta de libertação. As crianças do Jardim Escola do Bra pertencem à Juventude Africana Amílcar Cabral, organização de jovens guineenses. Naquela estabelecimento de ensino os alunos realizam toda uma série de tarefas, integrados no sistema de vida colectiva.

Depois da visita ao Jardim Escola, o Presidente Samora Machel e comitiva assistiram a manobras militares com as unidades das FARP — Forças Armadas Revolucionárias do Povo — onde foram feitas diversas demonstrações de aviação, artilharia pesada e infantaria. Terminadas as manobras militares, o Chefe de Estado Moçambicano teve um encontro com os combatentes das FARP. Nesse encontro e depois de usar da palavra o Comissário da Defesa Nacional, Nino Vieira, falou de improviso o Presidente da República Popular de Moçambique.

Na parte da tarde, realizaram-se conversações entre as delegações da Guiné e de Moçambique. Compunham a delegação guineense, o Presidente Luís Cabral, o Comissário Principal dos comissários nacionais, Francisco Mendes, o Comissário da Defesa Nacional, Nino Vieira, do Desenvolvimento e Planificação Económica, Vasco Cabral, das Relações Exteriores, Vitor Saúde da Saúde, Carlos Correia, e o comissário sem pasta, José Araújo.

Integravam a delegação moçambicana, o Presidente Samora Machel, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano, Salomão Muneambe, Ministro das Finanças, Raimundo Fachinua, governador de Cabo Delgado, Osvaldo Tazama, comandante do Corpo de Polícia de Moçambique, Pedro Obalá e Teodoro Calisto, ambos do Estado Maior General das FPLM, e Sérgio Vieira, director do Gabinete da Presidência da República.

Ào fim da tarde a delegação moçambicana efectuou uma visita ao museu onde se encontra depositado o corpo de Amílcar

Cabral, fundador e primeiro Secretário-Geral do PAIGC. Em seguida a delegação visitou os armazéns do povo da cidade de Bissau onde se integrou de pormenores relacionados com o seu funcionamento.

A noite o Presidente Luís Cabral ofereceu à delegação moçambicana uma recepção oficial.

Estiveram presentes membros do Comité Executivo e do Comité Superior de Luta do PAIGC, elementos dos comissariados nacionais, representantes dos diversos serviços públicos e corpo diplomático acreditado na Guiné Bissau.

Luís Cabral, Presidente da República da Guiné Bissau ao usar da palavra saudou a FRELIMO e Governo moçambicanos na luta que travam pela reconstrução nacional e em apoio à luta do povo do Zimbabwe e assegurou o apoio internacionalista militante do povo da Guiné.

DISCURSO DO PRESIDENTE SAMORA

O Presidente da FRELIMO ao responder, no seu discurso, depois de referir sobre a luta travada pelo PAIGC, MPLA e FRELIMO, fez uma análise do processo revolucionário moçambicano, tendo salientado a terminar que a luta do PAIGC e da FRELIMO era uma luta comum:

«Estimado e respeitado camarada Luís Cabral, Presidente do Conselho de Estado da Guiné Bissau:

Camaradas membros da Direcção do PAIGC:

Camaradas membros do Conselho de Estado da República da Guiné Bissau:

A solidariedade militante que une as nossas organizações, os nossos Governos e os nossos Países, a amizade fraterna que une os nossos combatentes traz-nos hoje a República da Guiné-Bissau.

Em nome da Frente de Libertação da República de Moçambique, do Governo da República Popular de Moçambique e do povo moçambicano, em meu nome em nome da delegação transmitimos caros cumprimentos e saudações revolucionárias, saudações de fraternidade e de amizade fraterna, saudações de respeito e de reconhecimento internacionalista, saudações de reconhecimento internacionalista para nós não só um triunfo importante mas sobretudo um novo estímulo para o combate em que estamos envolvidos.

Assim, numa mesma demonstração e numa igual expressão

de dez anos de guerra popular de libertação Nacional os nossos países e nós estamos irmanados porque foi um mesmo combate em duas frentes geograficamente distantes mas aproximadas pela luta contra o mesmo inimigo. Assim unidos fomos capazes de derrotar em todos os planos o mais retrogrado, cruaz e opressivo colonial fascismo — português e o seu aliado, o imperialismo.

Após dura experiência do ataque de Pidguiti o povo guineense, sob a direcção do P.A.I.G.C. soube tirar as lições da brutalidade do colonialismo português.

Em Janeiro de 1963 o P. A. I. G. C. proclamou o desencadeamento da luta armada de libertação Nacional. As derrotas infligidas ao exército colonial, a libertação de zonas cada vez mais extensas todo o País levaram o inimigo a uma situação desesperada. Foi então que ele recorre ao assassinato. Em 1969, assassinando o nosso querido camarada Presidente Eduardo Mondlane, o inimigo organizou o assassinato do grande dirigente do povo guineense e caboverdiano, o fundador e secretário-geral do P. A. I. G. C., camarada Amílcar Cabral, fundador do P. A. I. G. C., lutador incansável pela libertação do seu País, militante consequente, grande revolucionário, dirigente exemplar, e verdadeiro filho do povo a obra e a vida, exemplar e verdadeira. O nosso camarada e irmão de armas Amílcar Cabral constitui uma fonte inesgotável de lições para todos nós, para os nossos povos assim como para todos os povos oprimidos do mundo.

E pois com grande emoção que hoje aqui, na sua pátria libertada focamos a sua alma memória imparecível com uma sentida saudade. Libertamos os nossos países da dominação directa do colonialismo, alcançamos a vitória depois de 500 anos da pilhagem estranha, proclamamos a nossa independência total e completa após mais de dez anos de uma guerra de agressão imperialista, brutal e destruidora. Os nossos países estão em ruínas, as nossas economias permanecem profundamente subdesenvolvidas, os nossos recursos naturais continuam ainda indirectamente dominados.

As regiões que não foram atingidas pelo processo revolucionário da guerra popular — as cidades — as zonas rurais ocupadas pelo inimigo até ao último dia de guerra encontramos populações gravemente despersonalizadas, mergulhadas no vício e na decadência, divididas, dispersas sem o mínimo de condições de vida decente. A fome e o analfabetismo, a doença a nudez e a miséria generalizadas são outras tantas faces da realidade que tivemos de enfrentar desde o primeiro momento em que assumimos o poder. Todo este caos foi criado pelo colonialismo, pela exploração desenfreada, pela mais cruel e brutal das repressões.

Na República Popular de Moçambique assinaremos dentro de duas semanas o primeiro aniversário da nossa

independência. Este é para nós um momento de reflexão e de desenvolvimento da nossa Revolução, sobre as condições em que foram dinamizadas as novas fases da luta de libertação. Ao lado da grande situação que descrevemos outros factores vieram agravar as nossas dificuldades e a situação económica e social de quadros vítimas de ataques constantemente postos a circular pela reacção da burguesia e a chantagem exercidas sobre as nossas fronteiras e sobre a nossa economia pelo sub-imperialismo da África do Sul e pelo irremediável Ian Smith. Porém nenhuma dificuldade foi capaz de fazer com que a FRELIMO, o nosso Governo ou o nosso Povo desviasse a sua marcha revolucionária. Pelo contrário em muitos sectores as dificuldades enfrentadas constituíram a própria razão para acelerarmos o processo, para nos rapidamente criarmos as condições necessárias à consolidação e extensão a todo o País das conquistas políticas, ideológicas, sociais e culturais materializadas nas zonas libertadas durante a guerra popular de libertação. Iniciamos assim ao longo deste primeiro ano de independência a nova fase de luta de construção do Estado democrático popular pela reconstrução nacional pela efectiva liquidação das relações capitalistas, e da exploração do homem pelo homem no nosso País. A formação do poder forjada pela Revolução constitui um exemplo concreto dos avanços que conseguimos realizar. Embora naturalmente nos encontremos ainda no limiar de um longo processo, a natureza dos interesses de classe que servem o nosso poder definem-no já como o poder de aliança operário-camponesa do nosso País. Estamos conscientes do peso enorme que representa o aparelho de Estado burguês e capitalista que herdámos e do obstáculo concreto que ele representa.

Estamos convencidos da urgência da instalação de novas estruturas que afirmem na prática a direcção das massas, exercida através do poder popular democrático.

Colocando a cabeça das prioridades, a consolidação da aliança operário-camponesa, a FRELIMO lançou uma vasta ofensiva ideológica, política e social a nível de todo o País, capaz de lutar não só as estruturas, como a mentalidade capitalista, colonialista, e tradicionalista, habilitando as massas trabalhadoras a compreenderem e assumir o seu papel histórico e dirigente das transformações em curso. No quadro da consolidação, da revolucionarização da nossa independência foram tomadas numerosas medidas de carácter económico e financeiro, assim como no sector da escolarização da cultura, informação e dos transportes. Neste momento em centenas de empresas que o patronato capitalista sabotou ou abandonou o controlo é exercido pelo Estado e pelos trabalhadores. No campo, as primeiras aldeias comunais começam a ser criadas, materializando o poder da aliança operário-camponesa desempenhando importante papel catalizador no desenvolvimento político e revolucionário. A nacionalização e estatização que levamos a efeito no sector da educação, saúde, assistência jurídica, habitação, sectores hoje totalmente controlados pelo Estado constituem um primeiro golpe contra a desigualdade social, contra as novas classes exploradoras. A determinação constitucional de que a terra pertence ao Povo e a sua aplicação pelo Estado, inclui-se igualmente com algumas outras, no conjunto destas medidas. Simultaneamente estruturas destinadas a aplicar o princípio do poder popular representativas das massas trabalhadoras designados democraticamente assumem e exercem a direcção a todos os escalões e em todos os sectores começando já a ser alargadas e consolidadas na totalidade do País, na sequência das decisões da Oitava Sessão do Comité Central.

A primeira tarefa do Governo foi definida como o combate à situação catastrofista económica e financeira, social, educacional, cultural e sanitária em que o colonialismo português mergulhou Moçambique. Definimos prioridades neste vastíssimo campo de desolação e ruínas, o combate contra o desemprego, a miséria, o analfabetismo, a prostituição, o banditismo, são algumas delas. Afirmamos a necessidade de uma política de desenvolvimento nacional e utilização correcta dos nossos recursos traçando uma estratégia de desenvolvimento que pode ser sintetizada em quatro pontos: 1.º — A mobilização e organização do Povo; 2.º — Extensão e ampliação da ex-

dependência das zonas libertadas; 3.º — O engajamento colectivo e determinado no trabalho com programa e objectivos claros; 4.º — A aplicação do princípio de contar com as próprias forças, não buscar a solução dos problemas em passivos vindo do exterior. Por outro lado a grande maioria das massas populares do nosso País enquadrada e dirigida pelos Grupos Dinamizadores engaja-se resolutamente na batalha pela mobilização política e no plano organizacional, pela produção e pela solidariedade internacional. No plano da produção a batalha indispensável para a consolidação do poder revolucionário e da melhoria do bem-estar das classes trabalhadoras. Isto implica a luta constante contra a indisciplina, contra o liberalismo, contra o relaxamento no trabalho e contra qualquer quebra de produtividade. Por último a batalha pela mobilização política no plano organizacional é assumida pelos quadros cada vez mais profundamente. A nível das Forças Populares intensificando a acção de formação política e de organização e possibilitando a cada qual um valor junto das massas. Em resumo esta batalha é em primeiro lugar uma batalha política. Ela implica o combate contra as sementes que o colonialismo e o neocolonialismo deixaram no nosso solo. A fase em que o Povo trabalhador do nosso País dirigido pela nossa Organização de vanguarda se engaja hoje, é assim uma fase de luta aberta contra o capitalismo. As primeiras medidas revolucionárias surgiram perante nós com clareza e o inimigo de classe. O inimigo permanente do nosso povo é o imperialismo que hoje tenta assumir novas formas de exploração para substituir aquelas que se tornaram obsoletas. No plano interno procurando suceder a burguesia colonial existem os embriões de uma burguesia interna que o colonialismo na sua fase final vinha fomentando e fortalecendo. Embora não possuindo o poder económico esta

burguesia possui uma vocação capitalista profundamente enraizada. Trata-se de um sector extremamente ávido de poder e de riqueza e por isso os seus elementos estão destinados a constituir com mais ou menos facilidade os agentes operacionais da reacção no nosso solo.

Estimado e respeitado camarada Luís Cabral,

As vitórias que obtivemos e consolidamos ao longo do primeiro ano da nossa independência constituem uma base concreta para levarmos cada vez mais longe a revolução. E o Povo trabalhador que exige que a luta continue até ao fim da fome, da nudez, do analfabetismo, em suma, até à liquidação da exploração. Estamos conscientes de que esta opção exige que aceite-mos enfrentar a crise atrás de um processo deliberado de ruptura e divórcio com as estruturas e esquemas do colonialismo. Aceitar a crise, vendê-la, significa estar preparado para enfrentar as dificuldades de desenvolvimento político e económico no nosso País são bastante favoráveis. Na prática, na dura concretização do quotidiano nós estamos provando mais uma vez que não existe uma terceira via de desenvolvimento um meio termo entre o processo revolucionário que escolhemos e a via capitalista. Não é possível qualquer compromisso. Ou revolução que implica a ruptura ou continuação da exploração de novas formas. Escolhemos a ruptura e a Revolução porque as massas trabalhadoras moçambicanas não querem o capitalismo. Não querem produzir novos exploradores.

O nosso querido camarada Amílcar Cabral gostava de repetir que se precisava bater no duro. Bater no duro hoje é continuar a batalha nas novas condições contra as novas facetas que apresenta o inimigo imperialista, contra os novos exploradores. Bater no duro hoje é continuar o combate das massas pobres e exploradas dos nossos países.

Estimado e respeitado camarada Luís Cabral,

Analisando a nossa experiência nós verificamos que as causas essenciais da nossa vitória se encontram nos factores da linha política forjada no longo processo revolucionário de libertação nacional. A nossa unidade baseada no engajamento comum, na defesa dos interesses do povo, a clareza de orientação política, a sua popularização e as organizações ideológicas que desencadeamos sempre que necessário para nos libertarmos da carga impura que a revolução arrasta no seu leito, a confiança de que o inimigo não está fora de nós mas existe nas nossas mentalidades deformadas pelo feudalismo e pelo capitalismo manifesta-se através dos nossos vícios e defeitos, a existência de uma direcção correcta, a colectivação da direcção e a democratização dos métodos de trabalho, a definição correcta do inimigo e dos objectivos gerais e de cada fase através de uma estratégia e de uma tática adequadas, a ruptura completa com o inimigo no que respeita ao estilo de vida e ao comportamento e a renúncia do reformismo às causas essenciais da nossa vitória. Mais importante ainda, no entanto, a causa principal,

relembra a coragem e na determinação de todo o nosso povo que mobilizado e dirigido pela FRELIMO se engaja cada vez mais decididamente no longo processo da Revolução da República Popular de Moçambique. Como escreveu e viveu Amílcar Cabral estamos empenhados num processo de transformação revolucionária que permite as massas trabalhadoras dominarem cada vez mais as suas condições de existência ou seja libertarem-se cada vez mais. Esta via é sempre o produto de uma luta de classes. Fim da citação.

Estimado e respeitado camarada Luís Cabral,

A nossa luta é uma luta comum. A luta dos povos da República da Guiné-Bissau e da República Popular de Moçambique das nossas organizações e dos nossos países é uma mesma luta e uma luta de classes. A nossa luta é uma luta comum e a revolução é só uma. É a grande revolução mundial de todos os povos da terra contra a exploração capitalista contra o colonialismo, contra o neocolonialismo, contra o imperialismo. Pertencemos a uma mesma classe, a grande classe dos trabalhadores dos operários e camponeses a classe dos espezinhados dos oprimidos dos explorados de toda a humanidade. Por isso nos engajamos dirigidos pelas nossas organizações de vanguarda no processo de libertação nacional. Hoje, percorrendo novas fases continuadas a destruir o capitalismo odiado dos Povos, estamos a consolidar as bases para a edificação da nova sociedade do futuro. As nossas revoluções integram-se na revolução mundial, com ela teremos que continuar a avançar vigorosamente bem firmes nos nossos postos de combate. A situação internacional dos nossos dias é extremamente favorável para as forças revolucionárias em todo o mundo. Como resultado da derrota política e militar do colonialismo português as relações de força em África foram profundamente transformadas. As vitórias gloriosas dos povos da Indochina contra o imperialismo, mais potente e mais agressivo os Estados Unidos da América constituíram uma nova situação na Ásia favorável à afirmação dos direitos dos povos a libertação total das garras do colonialismo do imperialismo. Em todo o mundo os povos avançam decididamente no caminho da sua libertação total e da Revolução. É certo que tal como no plano interno em cada um dos nossos países, o inimigo não se resigna a derrota. A brutal agressão racista e imperialista contra a República Popular de Angola constituiu a manifestação mais aberta no nosso continente da agressividade do imperialismo e do seu agente local o racismo sul-africano contra o direito dos povos a sua independência total e ao seu direito de decidir soberanamente o seu destino. É este o significado profundo e a repercussão histórica da grande vitória dos nossos companheiros de armas do movimento popular de li-

bertação de Angola o M.P.L.A. e de todo o Povo Angolano sob a direcção do nosso camarada Agostinho Neto.

Reafirmamos aqui o nosso apoio ao MPLA no difícil batalha em que se encontra empenhado de consolidação da independência nacional e reconstrução do País devastado pela agressão racista e imperialista. A este propósito nós saudamos os resultados da conferência ministerial que reuniu recentemente na cidade de S. Tomé as delegações da República Popular de Angola, da República de Cabo Verde da República da Guiné Bissau, da República Popular de Moçambique e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe. Nós cremos realmente que apesar das nossas limitações e das dificuldades que todos atravessamos devemos estreitar as relações de cooperação em todos os planos de modo a vencer a grave situação sócio económica que todos nós encontramos no contexto da nossa independência política.

Esta é parte do discurso que o Presidente Samora pronunciou do qual daremos a parte final na nossa edição de amanhã.

UMA NOVA VITÓRIA

Estimado e respeitado camarada Luís Cabral,

A calorosa e entusiástica manifestação de boas-vindas com que a nossa delegação foi saudada pelo vosso povo, as saudações que recebemos em nome do nosso povo trabalhador e são testemunho de que na fase presente do nosso combate a unidade entre nós se mantém e desenvolve. Esta é uma nova vitória da nossa luta e dos nossos povos.

A vista que agora realizamos constitui antes de mais uma oportunidade para o nosso povo livre de prestar homenagem ao grande líder do povo da Guiné-Bissau e Caboverde ao grande herói africano que foi Amílcar Cabral, fundador do P. A. I. G. C., lutador incansável pela libertação do seu País, militante consequente, grande revolucionário, dirigente exemplar, e verdadeiro filho do povo a obra e a vida, exemplar e verdadeira. O nosso camarada e irmão de armas Amílcar Cabral constitui uma fonte inesgotável de lições para todos nós, para os nossos povos assim como para todos os povos oprimidos do mundo.

E pois com grande emoção que hoje aqui, na sua pátria libertada focamos a sua alma memória imparecível com uma sentida saudade. Libertamos os nossos países da dominação directa do colonialismo, alcançamos a vitória depois de 500 anos da pilhagem estranha, proclamamos a nossa independência total e completa após mais de dez anos de uma guerra de agressão imperialista, brutal e destruidora. Os nossos países estão em ruínas, as nossas economias permanecem profundamente subdesenvolvidas, os nossos recursos naturais continuam ainda indirectamente dominados.

As regiões que não foram atingidas pelo processo revolucionário da guerra popular — as cidades — as zonas rurais ocupadas pelo inimigo até ao último dia de guerra encontramos populações gravemente despersonalizadas, mergulhadas no vício e na decadência, divididas, dispersas sem o mínimo de condições de vida decente. A fome e o analfabetismo, a doença a nudez e a miséria generalizadas são outras tantas faces da realidade que tivemos de enfrentar desde o primeiro momento em que assumimos o poder. Todo este caos foi criado pelo colonialismo, pela exploração desenfreada, pela mais cruel e brutal das repressões.

Na República Popular de Moçambique assinaremos dentro de duas semanas o primeiro aniversário da nossa